



Junta de Freguesia das Doze Ribeiras

Estatuto do Direito à Oposição

Relatório de Observância do Direito de Oposição

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

Ao abrigo da Lei nº 24/98 de 26 de maio

Su
Liber
Cald

I - INTRODUÇÃO

O Estatuto do Direito de Oposição baseando-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante do artigo 114º da Constituição da República Portuguesa e aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio, cujo artigo 1º assegura “às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, nos termos da Constituição e da Lei.”

O Estatuto do Direito de Oposição consagra aos titulares do direito de oposição, no âmbito das Autarquias Locais, o direito à informação, o direito à consulta prévia, o direito à participação, o direito de depor e o direito de pronúncia sobre o grau de observância do respeito pelo presente diploma legal.

São titulares do direito de oposição, além de outros mencionados no artº 3º do já referido diploma legal, os partidos políticos e grupos de cidadãos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo.

De acordo com o nº 1 do artigo 10º da lei nº 24/98, de 26 de maio, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refere, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Estes relatórios deverão ser enviados aos titulares do direito de oposição para que se pronunciem sobre eles.

8

Gocho
Lista

II – TITULARIDADE DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Nas Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados no órgão deliberativo (Assembleia de Freguesia) que não estejam representados no órgão executivo.

É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

No presente relatório verifica-se que durante o ano 2022, na Freguesia das Doze Ribeiras, e em resultados das últimas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021, os titulares do direito de oposição são os cidadãos eleitos pelas Lista "PELA NOSSA TERRA" PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

7

7

III – CUMPRIMENTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para o cumprimento do disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 35º do anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, verificou-se através de:

1. Direito à informação

Em relação ao Direito à Informação, durante o período em causa, os titulares do direito de oposição foram informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Junta de freguesia de informações no âmbito das alíneas e) e f) do nº 2 do artigo 9º e das alíneas d) e s) do nº 1 do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a saber:

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia, foi apresentada a informação pelo Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade e situação financeira da Freguesia;
- Foi dada resposta em tempo útil a todas as questões que foram levantadas pelos titulares do direito da oposição, por escrito ou verbalmente quer através da Mesa da Assembleia de Freguesia ou diretamente à Junta de Freguesia;
- Foi promovida a publicação das decisões e deliberações tomadas pelo Órgão Executivo da Junta de Freguesia destinados a ter eficácia externa, bem como dos documentos legais, nomeadamente as Opções do Plano e Orçamento e Prestação de Contas;

51
J. de O.
C. de O.

2. Direito de Consulta Prévia

Em relação ao Direito de Consulta Prévia, e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição foram facultados aos representantes dos partidos políticos representados na Assembleia de Freguesia, antes da aprovação final, a proposta do plano e orçamento.

3. Direito de Participação

Durante o ano de 2024, o Executivo e o seu Presidente, procederam atempadamente, ao envio de informações e de convites aos membros eleitos da Assembleia de Freguesia, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais, relevantes para a Freguesia, não só aqueles que foram organizados ou apoiados pela Junta de Freguesia, mas também naqueles em que, pela sua natureza, tal se justificou. Foi, igualmente, assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante.

4. Direito de Depor

No período em questão, os eleitos locais referidos como titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8º do Estatuto do Direito de Oposição.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, conclui-se que foram asseguradas, pela Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, as condições adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição durante o ano de 2024.

Nestes termos, e em cumprimento do artº 2º do artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição será remetido ao Presidente da Assembleia de Freguesia e aos titulares do direito de oposição.

Deverá, ainda, ser publicitado na página eletrónica da Junta de Freguesia.

Doze Ribeiras, 1 de março de 2025

Aprovado em reunião da Junta de Freguesia em 4 março de 2025

Presidente - Sandra da Silva Mendes 

Secretário - Lisete Oliveira 

Tesoureiro - Elias Manuel Coelho 